

O movimento de retornados e emigrados no contexto da descolonização africana

Fernando Correia
Universidade Aberta, Portugal

Global, Numéro 1/2026, Surtourisme et promotion de la vie publique locale
Global, Número 1/2026, Overtourism e promoção da vida pública local
Global, Issue 1/2026, Overtourism and promotion of local public life

VARIA

A descolonização portuguesa, após 1974, representou não apenas uma transição política, mas também uma rutura estrutural do modelo económico nacional. O retorno de cerca de meio milhão de portugueses das antigas colónias, e, depois, a integração social ocorreu num contexto de crise: nacional, instabilidade política e redefinição de fronteiras, e da posição de Portugal no sistema económico europeu. Este retorno trouxe desafios sociais, económicos e identitários, exigindo respostas por parte das autoridades. Este artigo analisa o repatriamento dos portugueses a que se convencionou chamar de «fenómeno dos retornados», como vetor explicativo da sua integração na metrópole colonial.

La décolonisation portugaise après 1974 a représenté non seulement une transition politique, mais aussi une rupture structurelle du modèle économique national. Le retour d'environ un demi-million de Portugais des anciennes colonies, puis l'intégration sociale, se sont déroulés dans un contexte de crise: instabilité nationale, politique et redéfinition des frontières, ainsi que de la position du Portugal dans le système économique européen. Ce retour a soulevé des défis sociaux, économiques et identitaires, nécessitant des réponses gouvernementales de la part des autorités. Cet article analyse le rapatriement des Portugais, qui est devenu le phénomène des «revenants», comme vecteur explicatif de leur intégration dans la métropole coloniale.

The Portuguese decolonization process after 1974 represented not only a political transition but also a structural transformation of the national economic model. The return of approximately half a million Portuguese from the former colonies and their subsequent social integration took place in a context of national crisis, political instability, and the redefinition of both territorial boundaries and Portugal's position within the European economic system. This return generated significant social, economic, and identity-related challenges, requiring responses from public authorities. This article examines the repatriation of the Portuguese commonly referred to as the "retornados" phenomenon, exploring how their return shaped and influenced their integration into metropolitan Portuguese society.

Introdução

O processo do retorno português de África (1975-1980), dos territórios de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, representa, na sociedade portuguesa, um verdadeiro lugar de memória esquecido e, muitas vezes, silenciado nas academias portuguesas, porquanto se perfila como um tema incómodo (Kalter, 2025). Este artigo¹ integra bibliografia historiográfica recente, estudos no domínio dos Estudos Globais, legislação portuguesa relativa à descolonização e ao acolhimento dos «retornados», bem como documentos institucionais e fontes secundárias que permitem reconstruir os processos políticos, jurídicos e sociais associados ao retorno dos portugueses das antigas colónias africanas. A análise privilegia uma perspetiva transnacional e de longa duração, procurando relacionar a descolonização portuguesa com as transformações do sistema das políticas migratórias. Ao questionar a narrativa dominante de uma integração rápida e bem-sucedida, evidencia as ambiguidades, desigualdades e tensões que marcaram o acolhimento dos retornados, contribuindo para uma compreensão mais crítica da descolonização portuguesa e das suas consequências sociais e políticas.

O principal contributo deste artigo consiste em reinterpretar o fenómeno dos «retornados» a partir da perspetiva dos Estudos Globais; uma área de estudo

¹ A ideia de escrita do tema «O Movimento de Retornados e Emigrados no contexto da Descolonização Africana» surgiu como proposta de reflexão para o II Simpósio Internacional da ICAH, em Gibraltar: Descolonização Portuguesa em África – Impactos e os Processos de Independência – realizado, a 28 de fevereiro de 2026, cuja narrativa certamente irá contribuir para o debate sobre o período de 1974 a 1980, na História da contemporaneidade portuguesa pelos.

interdisciplinar e multidisciplinar que nos permite analisar, na longa duração e com relativa segurança, o nosso passado. Ou seja, trata-se de um campo das Ciências Sociais e Humanas que analisa processos, dinâmicas e problemas que ultrapassam as fronteiras dos Estados-Nação, numa perspetiva transnacional, comparativa e interconectada (Franco & Caetano, 2020). Ao contrário das abordagens centradas exclusivamente no Estado, como a história nacional ou a ciência política clássica, os Estudos Globais partem da ideia de que o mundo contemporâneo é estruturado por fluxos, redes e interdependências. Isto é, estudam os fenómenos económicos, políticos, culturais, sociais e ambientais que se articulam à escala mundial, considerando simultaneamente o global, o regional e o local (Idem). Esta é uma área que reúne contribuições de várias disciplinas: Antropologia, Ciência Política, Economia, Estudos Culturais e Pós-coloniais, Economia política, História, Sociologia, Sociologia da História e tópicos como colonização, descolonização, direitos humanos, impérios e pós-impérios, governo global, mudanças climáticas, sistemas-mundo, identidade e (des)identificação, migrações e mobilidades globais, isto é, abordagens setoriais e multidisciplinares. Os Estudos Globais têm como abordagem diferenciada e centrada no Estado, pelo que são uma ferramenta epistemológica que permite examinar, na longa duração, dinâmicas e problemáticas que transcendem fronteiras nacionais, adotando uma perspetiva transnacional, comparativa (Idem).

A Revolução do 25 de Abril de 1974 encerrou a ditadura do Estado Novo em Portugal (1933-1974) e promoveu a descolonização que introduziu profundas transformações sociais, tanto na “Metrópole” quanto nos antigos territórios coloniais. Esse processo

envolveu a chamada Revolução dos Cravos, da qual resultaram grandes mudanças, como questionamento das hierarquias locais, ocupações selvagens e um rápido e abrupto êxodo dos portugueses que residiam nos territórios em questão (Rosas, 2020). Ademais, na história das migrações portuguesas, observam-se especificidades que se interrelacionam como as ocorridas em 1960, na cidade belga de Leopoldville, e de 15 de março de 1961, no Norte de Angola, com o massacre de portugueses e dos seus trabalhadores, perpetrados por agentes ao serviço da União dos Povos de Angola (UPA), sucedânea da União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), acontecimento que deu início à chamada «Guerra de África» (Antunes, 1995).

O retorno forçado de cerca de 500 000 a 800 000 pessoas, de Angola e Moçambique, ocorreu de forma precipitada, muitas vezes em condições precárias, resultando em perda de bens, dispersão de propriedades, diminuição do estado social e desorganização governamental, que tem semelhanças com o caso dos *Pieds-Noirs* na França (Kalter, 2025: 138). O presente artigo está dividido em dois subcapítulos: primeiramente, o estudo da Arica como libertadora da Europa, que, de acordo com Mazrui (1979), foi um continente que, na pós-colonialidade, se libertou e cuja emancipação impactou o mundo exterior, redefinindo a ética do racismo no seio do sistema-mundo. Secundamente, procuramos espelhar a desorganização na receção dos repatriados das colónias, na metrópole colonial.

Ao longo do artigo, procuraremos identificar os vários benefícios que este campo de estudo oferece para o conhecimento histórico, apoiando-nos sobretudo no trabalho do

historiador Christophe Kalter (2025, 2022) e do especialista em *African Studies* Ali Al'amin Mazrui (2010). De igual modo, ele permite o reconhecimento e o esclarecimento, do ponto de vista analítico, de algumas dúvidas ou omissões verificadas noutros estudos, em linha com as propostas de Morgane Delauny, Rui Penas Pires, Stephen Lubkermann e Lynn Hoefgen, em que se diz que a integração de sucesso dos «retornados» não pareceu ter sido tão escorreita como foi afirmado pelos comentadores políticos, os meios de comunicação social e os académicos, pois ela não foi um milagre, nem o sucesso tão proclamado pelas elites portuguesas.

África: de continente-mãe a «libertador» da Europa (1945-1974)

No final do século XIX, na África Ocidental, Portugal reuniu territorialmente, sob a mesma bandeira e sob o nome de Angola, um conjunto de antigos reinos, e em cujos territórios encetou um processo de modernização administrativa. A partir do final desse mesmo século, deu-se a consolidação da colonização destes territórios africanos e para os defender de cobiças e atender a interesses estratégicos e económicos, Portugal tomou parte na I Grande Guerra (1914-1918), ao lado do seu velho aliado, o Reino Unido, mas, apesar do seu alinhamento com os vencedores sofreu consequências desastrosas: pelas inúmeras baixas no aniquilamento do Corpo Expedicionário Português (CEP) e humilhante desastre de *La Lys*; pela galopante inflação derivada do esforço da guerra e escassez de alimentos que sobreveio; e o desprestígio do desgoverno da República, há pouco implantada. Porém, durante séculos, a governação colonial justificara a submissão de inúmeras comunidades humanas às leis europeias, ancorando-se em premissas arrogantes e etnocêntricas sob um engendrado lema de *Direito Internacional*

de conveniência. Na esteira da Grande Guerra Mundial, a África passou a ser um continente propício às «guerras de procuração» por parte das potências hegemónicas. Ou seja, os conflitos entre Leste e Oeste passaram ali a ser dirimidos diretamente entre superpotências, através de atores locais, apoiados externamente, que, através de métodos escusos, sempre se mostraram de aliciamento fácil e prontos para executar diretivas recebidas. A África colonial e pós-colonial passou também a ser o palco das desavenças globais, nomeadamente entre a União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA). A evolução do embate ideológico haveria de transformar o continente africano num dos mais relevantes cenários operacionais dos interesses em confronto.

A Guerra Fria foi um fator de desestabilização de África, pois interferiu diretamente na forma como as independências africanas decorreram, por pressão dos antigos impérios coloniais europeus, dando espaço à radicalização e à divisão ideológica. Aos então movimentos de libertação emergentes, ou a governos recém-independentes ou eventualmente a outras forças rebeldes, foram sendo dadas garantias e apoios de natureza militar, financeira e logística, transformando os beligerantes em armas de arremesso anticoloniais, como foram os casos do ex-Congo-Belga (1960) e de Angola (1974-2002), criando as condições para grandes êxodos de população, com retorno às respetivas metrópoles europeias. Até à implosão da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS), em 1989, a Europa continuou a ter uma visão eurocêntrica e paternalista de África e considerava-a como mero recetor passivo das influências neocoloniais (Mazrui, 2010).

Em 1958, a França estava à beira de uma guerra civil. Charles de Gaulle evitou o conflito ao aceitar a independência da Argélia, decisão que elevou seu estatuto internacional e consolidou o seu poder político. A Argélia tornou-se independente e a França redefiniu a sua posição no cenário global (Idem). Quando a Frente Nacional de Libertação (FNL) combatia pela independência, tratava não somente do futuro da Argélia, mas também do da Europa. Todas essas mudanças, de grande importância, impactaram a história do mundo ocidental, tornando-a num elemento catalisador de combate em favor dos valores democráticos. Enquanto isso, combatentes africanos dedicavam-se a transformar o destino do seu próprio país; eles também mudavam o curso da história do mundo ocidental. Para a África, foi muito importante subtrair-se ao domínio imperial e neocolonial ocidental e afirmar-se com poder próprio nesse mundo. Por esse motivo, pode afirmar-se que a África ajudou a rehumanizar a Europa (Mazrui, 2010).

Portanto, a autonomização da África passou a desempenhar um papel determinante na re-humanização da Europa, e foi ocasião aproveitada para o aparecimento de movimentos radicais e marxistas nas colônias portuguesas (Mazrui, 2010). Consequentemente, as lutas conjuntas dos povos africanos e asiáticos contra o imperialismo europeu foram determinantes para questionar e subverter os tradicionais pressupostos eurocêntricos, desmantelando a ideia de que a ocupação europeia da África poderia ser justificada sob qualquer pretexto moral ou legal (Idem). Com as independências das colônias africanas, Portugal abandonou a via atlântica-imperial e reorientou a sua política para a transição europeísta. Essa reorientação apresentou-se

não apenas como uma exigência estratégica e uma etapa para superar questões históricas, mas também como uma oportunidade para redefinir os parâmetros do desenvolvimento civilizacional. Com isso, a Europa também se reimaginou.

Acolhimento e integração social

No decurso da integração dos «retornados» na metrópole colonial, foi publicada uma nova lei de cidadania (Decreto-Lei n.º 308-A, de 24 de junho de 1975), a qual foi acompanhada por uma narrativa lusotropicalista e de solidariedade nacional para com a população repatriada de África. Esta nova lei veio a redefinir o conceito de «retornado». Essa reconfiguração da cidadania instituía novas regras no acesso à nacionalidade portuguesa, na qual se consubstanciava o *Jus Sanguinis* (direito pelo sangue) em detrimento do *Jus Solis* (direito pelo solo) que garantia a nacionalidade dos repatriados de África. O *Jus Sanguini* desempenha um papel central na definição jurídica e política dos «retornados», uma vez que, pela revisão constitucional de 1951, era aplicada a doutrina do *Jus Soli* a todos os indivíduos nascidos em território português, incluindo Açores e Madeira (Kalter, 2025: 120). Segundo Rui Pena Pires, a lei marcou uma transição do *Jus Soli* para o *Jus Sanguini*, reforçada pela legislação de 1981. Essa mudança facilitou a nacionalidade para descendentes de portugueses emigrados, mas restringiu o acesso para migrantes de ex-colónias, alinhando Portugal com a orientação oriunda da Comunidade Económica Europeia (Kalter, 2025).

O Decreto-Lei n.º 169, de 31 de maio de 1975, criou o IARN e determinou que apenas eram reconhecidos como portugueses, os retornados conformes com o Decreto-Lei

n.º 308-A, de 24 de junho de 1975 (Kalter, 2025: 121). A Lei da Nacionalidade de 1975 representou uma inversão substancial em relação à legislação de 1951, ao estabelecer que, por padrão, os antigos colonizados perderiam a nacionalidade portuguesa, tornando inviável a dupla nacionalidade presumida (Kalter, 2025). Almeida Santos, o «pai» da lei portuguesa da nacionalidade de 1975, foi na altura Ministro da Coordenação Interterritorial do IV Governo Provisório, olhando retrospectivamente para a situação, mais tarde, diria que a lei da qual fora autor, atribuiu a nacionalidade portuguesa «só a alguns», para evitar que «viesses todos». Sem estas medidas restritivas, temia-se que, um país sobrecarregado com «um milhão ou mais de pessoas aflitas [...] ia ao fundo» (Kalter, 2025). A isso acrescentaria ainda: que tinha sido o seu desejo o de bloquear a entrada na Europa aos soldados africanos do exército colonial português, pois sabia que estes tinham razões fortes para exigir a cidadania portuguesa, e para apelar à solidariedade de Portugal – dado terem combatido pelos portugueses, e, agora, temiam, com razão, serem perseguidos nos seus países de origem, devido a esta escolha (Idem).

Com a desinformação a pairar no espaço mediático, Portugal desenvolveu um conjunto de contactos diplomáticos com a República Popular de Angola, no sentido de esta impedir o embarque, na ponte aérea Luanda/Lisboa, de todos os afrodescendentes, uma vez que estes podiam não dar a garantia plena de serem portugueses (Idem). Por esse motivo, o almirante Vítor Crespo, a instâncias do almirante Pinheiro de Azevedo, deu instruções diplomáticas no sentido de materializar tal ideia. Paula Cardoso de Almeida afirma que havia «ordens oficiais» que se opunham à evacuação de pessoas

negras, através da ponte aérea Luanda/Lisboa, em agosto de 1975 (Idem). A isto, acrescentava-se a queixa dos afrodescendentes que viam no embargo para Lisboa uma forma de «humilhação», uma vez que à chegada a Lisboa, eram retidos e depois reenviados para Angola, por as autoridades aeroportuárias os considerarem como «indocumentados» (Idem).

António Agostinho Neto, Presidente da República Popular de Angola, posto ao corrente destes acontecimentos, ameaçou Portugal com o corte de relações diplomáticas, o que levou à intervenção do Embaixador de Portugal, em Angola, Carlos Miguel Teixeira da Mota, a manifestar aos seus superiores do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, determinado desconforto (Idem, p. 121-123). Abria-se, assim, um precedente grave na diplomacia portuguesa, levando o Embaixador Teixeira da Mota a avisar Lisboa de que «destas medidas restritivas» poderiam resultar «consequências incalculáveis» para as «relações humanas» entre os dois países, uma vez que estas atingiam especialmente as «camadas da população mais ligadas afetivamente a Portugal» (Idem).

Em março de 1975, os serviços do IARN transitaram do gabinete do Primeiro-Ministro para a esfera do Ministério dos Assuntos Sociais, e, para o efeito, foi criada a Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais. Esta última iria tutelar o IARN e colaborar com as Secretarias de Estado da Saúde Pública e da Segurança Social, dentro do mesmo ministério. Depois de 5 de maio de 1976, o Governo prestaria esclarecimentos adicionais acerca da «qualidade de retornado», reiterando apenas que eram

considerados «cidadãos portugueses» os que tinham «regressado» das colónias, depois de 1 de janeiro de 1974 (Idem, p. 124).

Fernando Cardoso do Amaral, tenente-coronel do MFA, diretor do IARN, de julho de 1975 a fevereiro de 1976, no qual se acreditava que o serviço prestado nas colónias africanas fora de molde a dotá-lo de uma experiência relevante no que dizia respeito aos «retornados». Ele dizia: por um lado, que os «retornados» deviam ser tratados como portugueses normais. Mas, por outro lado, afirmava que com os «retornados» devia haver cuidado, uma vez que tinham a tendência a prostituir-se e a tendência a efetuar negócios duvidosos e que constituíam um perigo para o tecido social (Idem, p. 127).

Na verdade, nem todos «os retornados» obtiveram sucesso económico, social, institucional ou simbólico, embora, neste artigo, o foco principal seja a integração económica e de sucesso (Ibidem, p. 206). Uma parte significativa dos retornados conseguiu ser absorvida pelo mercado de trabalho português, aproveitando as oportunidades deixadas pelo vazio empresarial criado com o abandono de posições durante o PREC. Esta absorção foi facilitada pelo apoio do Estado, da sociedade civil e pelas qualificações superiores dos retornados, em relação à população residente, refletindo-se em setores como o financeiro, bancário, seguros, comércio, restauração, hotelaria e serviço público (Ibidem). Apesar destes indicadores de êxito, apenas uma minoria dos retornados alcançou estabilidade no mundo empresarial, na função pública ou no sistema de educação em expansão. As elites retornadas mantiveram a trajetória de mobilidade social iniciada nas colónias, mas muitos ficaram fora destas redes, o que

evidencia que o sucesso não foi homogéneo nem garantido para todos (Idem). No plano institucional e simbólico, a integração foi marcada por ambiguidades e restrições, seja nas políticas de nacionalidade, nos critérios de reconhecimento oficial como portugueses ou nas percepções sociais e políticas sobre o lugar dos retornados na sociedade portuguesa. Estes fatores contribuíram para que, mesmo com integração económica, persistissem obstáculos à plena inclusão social e simbólica (Idem).

Na integração de sucesso, dada a ambivalência do conceito, os analistas determinam que, quando há inclusão social, económica, política e cultural, significa que a integração é também usada como conceito histórico ou para prescrever uma visão da sociedade que pode ser restritiva ou abrangente, conforme os grupos que a compõem podem ser classificados como desejáveis ou indesejáveis (Idem). Considerada por este prisma, a «integração» é um dispositivo de inclusão ou de exclusão, de produção de alteridade e de governo, através da qual maiorias e elites constroem representações de grupos (maioritários) e impõem certas condutas (Idem). Mas a «integração» também é usada, por um lado, como um conceito que os agentes históricos prescrevem quando têm uma determinada visão da sociedade e dos grupos e valores que a constituem (Idem).

Considerada por este prisma, a «integração» é um dispositivo de inclusão e de exclusão, de produção de alteridade e de governação, através do qual maiorias ou elites constroem representações de grupos, impõem condutas a esses grupos e normalizam os seus próprios privilégios (Idem). Neste sentido, a integração tida como de sucesso, pode ser inferida pelo facto de uma grossa fatia dos «retornados» ter sido absorvida

pelo mercado de trabalho, ou pelo aproveitamento do espaço vazio deixado pelos empresários que abandonaram as suas posições em Portugal durante o PREC e se refugiaram no Brasil.

Vários estudiosos, como M. Beatriz Rocha-Trindade, António Barreto, Rui Penas Pires e outros repatriados, atribuem esse êxito ao apoio recebido do Estado, da sociedade civil, à dedicação e ao trabalho entretanto efetuado em funções nos setores financeiros, bancários, de seguros, comércio, restauração, hotelaria e serviço público. Com melhores qualificações que a população residente, os retornados aproveitaram as oportunidades num Portugal socialista e democrático em expansão.

Segundo Rui Pena Pires, para este sucesso há uma explicação: apesar da crise em Portugal, a maioria dos «retornados» foi rapidamente assimilada, graças ao papel das redes interpessoais. Na ausência de um Estado forte, famílias e comunidades assumiram os custos da integração, enquanto redes de solidariedade entre migrantes facilitaram o acesso a alojamento e trabalho (Idem p. 197). A verdade é que foi apenas uma minoria de retornados a obter uma posição estável no mundo empresarial, na função pública ou no sistema de educação em expansão. Estas elites deram continuidade à trajetória de mobilidade social ascendente que tinham iniciado nas colónias, e de tempos a tempos, convocaram pessoas retornadas que não pertenciam a esta elite para se juntarem, nas redes profissionais ou à volta de uma mesa e de um copo de vinho (Idem, p. 198).

Estas redes não eram predominantemente constituídas por emigrantes, e isso consistiu num fator adicional de assimilação à população residente – em vez de ter contribuído para a formação de enclaves. Rui Pena Pires defende que esta liberalização foi o resultado do alívio de tensões políticas entre os portugueses residentes, mais tradicionalistas, e as pessoas «retornadas», mais liberais e liberalizantes (Idem, p. 198).

Segundo Kalter (2025), contra todas as probabilidades, os «retornados tinham-se integrado de tal forma que eram dificilmente distinguíveis dos residentes». Estes não só não colocaram em causa a coesão social nem sabotaram a revolução, como, pelo contrário, se dizia que a sua integração tinha estimulado a economia, fortalecido os sistemas de Segurança Social, melhorado as relações interpessoais e ajudado a estabilizar a jovem democracia (Idem, p. 184).

Porém, Lynn Hoefgen, na linha de Stephen Lubkermann, questiona a narrativa de sucesso, cujas dúvidas são colocadas em três níveis: a integração não foi total, especialmente para as pessoas não brancas; a integração dos retornados não assentou num suposto espírito de pioneirismo dos «retornados», mas no capital social ou na sua ausência, que podia ser investido em redes de solidariedade social, e que o Estado ignorou as necessidades das pessoas mais desfavorecidas (Idem, p. 201).

Efetivamente o «retorno» parece ter tido dois tempos: o período posterior à Revolução de 25 de abril de 1974, e ao da Revolução de 25 de novembro. No primeiro, os «retornados» foram olhados com desprezo e até acinte pelos abrilistas, com o acrónimo

de «colonialistas» e «exploradores de negros». No segundo tempo, após a revolução de 25 de novembro de 1975, esses mesmos repatriados passaram a serem vistos como «empreendedores» e «homens de sucesso», o que significa que, nesse espaço de tempo, houve mudanças culturais e de atitude, e, ao que parece, favoreceu a absorção de novos estilos de vida, padrões de cultura e de consumo, até então desconhecidos no Portugal de abril (Palma, 2023).

Mas também houve medidas dirigidas à integração a longo prazo, nomeadamente o programa de crédito da Comissão Interministerial de Financiamentos a Retornados (CIFRE), inaugurado em dezembro de 1976, distribuído em colaboração com vários bancos, programas de microcrédito, que serviram para enfrentar a escassez de capitais com que se defrontava a população «retornada», que era a forma de incentivar a atividade empresarial em pequenos negócios (Kalter, 2025, p. 199-200). Estes empréstimos parecem ter tido um objetivo meramente assistencial, em detrimento do desenvolvimentista, o que certamente poderá ter comprometido o desenvolvimento deste projeto. Porém, Pena Pires acredita que o programa CIFRE «desempenhou um papel fundamental na integração da população “retornada”» (Idem, p. 201).

O Quadro Geral de Adidos (QGA), estabelecido em 1975, garantiu aos funcionários da antiga administração ultramarina uma posição na metrópole, em linha com as suas qualificações e salários. Este teve um impacto enorme na integração em geral, uma vez que os funcionários públicos representavam quase um quinto (19%) de todas as pessoas

retornadas em idade ativa, e serviu para aplacar a «desidentificação e hostilidade [...] que se fazia sentir em relação ao regime democrático» (Idem, p. 200).

Stephen C. Lubkeman analisou os laços familiares e comunitários como capital social, destacando o papel da raça na integração. Ele apontou que retornados tinham vínculos nessas localidades, mas era difícil reativá-los. Nos vilarejos pobres de Portugal, quem voltava das colónias africanas era recebido friamente (Idem, p. 201). Este processo de reencontro só se verificou com a população branca. Lubkeman sugere que as pessoas que tinham ligações familiares com portugueses foram incapazes de mobilizar a ajuda ou o reconhecimento para os familiares, percecionados como negros. A “raça” levava a melhor sobre o parentesco, quando se estava perante casos em que «ascendência» racial mista era fenotipicamente visível como acontecia nos «casamentos racialmente mistos» (Idem, p. 202). Ora, a resposta à questão que inicialmente se problematizou neste artigo, rigorosamente o retorno foi, no tempo curto (1975-1980), simultaneamente um sucesso parcial, porquanto o Estado, embora tenha distribuído apoios, nem todos os retornados foram contemplados, mormente as pessoas que não possuíam recursos como casas, apartamentos e acabaram por ter de viver em casas patrocinadas pelo Estado, ou como notou o IARN, «*foram para casa de familiares ou pessoas amigas e que, por se tornarem pesadas a esses familiares, foram postas na rua pelos mesmos*» (Idem, p. 217).

No rescaldo da narrativa do acolhimento e integração, verifica-se que há algumas disrupções sobre a factualidade, isto é, sobre a experiência simbólica da africanidade e

a ela associada, a integração que é avaliada em função dos sucessos administrativos de alguns, ignorando-se os fracassos do simbólico e do hereditário, pelo que é importante falar de uma integração social tensa e, em muitos casos, incompleta.

Conclusão e discussão

A descolonização portuguesa constituiu um processo que ultrapassou a mera transferência de soberania dos antigos territórios coloniais, traduzindo-se numa profunda reconfiguração política, social e identitária de Portugal. O retorno de centenas de milhares de portugueses provenientes de Angola, Moçambique e da Guiné-Bissau revelou as complexas interações entre migrações forçadas, redefinição da cidadania, reconstrução das identidades e reorganização do Estado num contexto de transição democrática. A partir da perspetiva dos Estudos Globais, este artigo procurou demonstrar que o fenómeno dos «retornados» não pode ser interpretado apenas como um episódio da história nacional portuguesa. Pelo contrário, insere-se num conjunto mais amplo de transformações associadas à descolonização, à Guerra Fria, às migrações pós-imperiais e à redefinição das relações entre Europa e África. Esta abordagem permite compreender que o retorno dos portugueses constituiu igualmente um fenómeno transnacional, condicionado por dinâmicas geopolíticas e por processos de circulação de pessoas, capitais e modelos políticos que marcaram a segunda metade do século XX.

A análise evidencia igualmente que a narrativa de uma integração rápida e plenamente bem-sucedida deve ser relativizada. Embora muitos retornados tenham conseguido

reconstruir os seus percursos profissionais e sociais, persistiram desigualdades significativas, sobretudo no acesso à cidadania, no reconhecimento institucional e na inclusão simbólica. As experiências de integração revelaram-se heterogêneas e dependeram, em grande medida, dos recursos económicos, das redes sociais e das políticas públicas implementadas pelo Estado português.

Referências

Caetano, J. C. R. (2006). *A harmonização de direitos no Direito Europeu* [Tese de doutoramento, Universidade Aberta].

Cardoso, D. M. (2011). *O retorno*. Tinta-da-China.

Castelo, C., & Jerónimo, M. B. (Orgs.). (s.d.). *Dinâmicas coloniais, conexões transnacionais: A Casa dos Estudantes do Império*. Edições 70.

Castles, S. (2005). *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: Dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Fim de Século.

Conrad, S. (2019). *O que é a globalização?* Edições 70.

Cooper, F. (2016). *Histórias de África*. Edições 70.

Curto, D. R., et al. (2017). *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Edições 70.

Delaunay, M. (2019, 8 novembre). Discours, mémoire et fiction: Les retornados d'hier à aujourd'hui. Communication présentée au colloque *Déracinés, exilés, rapatriés ? S'organiser, transmettre, mettre en récit*, École Polytechnique, Palaiseau, France.

Delaunay, M. (2020). *Le processus d'intégration des retornados au Portugal (1975–2018)*. ISCTE-IUL; Université Rennes 2.

Delaunay, M. (2020). O Estado francês e o Estado português perante a chegada dos pieds-noirs e dos retornados. In *RE-Imaginar a Europa: Memories*. CES.

Delaunay, M. (2019, September 16–18). Portugal and the return of the settlers from Africa (1975–2019). Communication presented at *Narratives of Forced Migration in the 20th and 21st Centuries*, University of Stirling, Scotland.

Ferreira, J. M. (1993). Portugal em transe. In J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal* (Vol. 8). Círculo de Leitores.

Figueiredo, I. (2009). *Caderno de memórias coloniais*. Angelus Novus.

Fiolhais, C., et al. (2020). *História global de Portugal*. Temas e Debates.

Fontanel, J. *A globalização em análise*. Edições Piaget.

Franco, J. E., & Caetano, J. R. (Coords.). (2020). *Globalização como problema*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

George, J. P. (2023). *O império às costas: Retornados, racismo e pós-colonialismo*. Objetiva.

Góis, B. M. C. (2023). *Portugueses retornados de Angola: Trajetórias e memórias com classe, género e “raça”* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa].

Kajibanga, V. (1999). Crise da racionalidade lusotropicalista e do “paradigma” da criouliidade. *Revista África*, 22–23.

Kalter, C. (2025). A política dos retornados e o seu rápido desaparecimento. In *Portugal e os retornados: Descolonização, migração e nação pós-imperial*.

Kalter, C. (2022). *Postcolonial people: The return from Africa and the remaking of Portugal*. Cambridge University Press.

Mazrui, A. A., & Wondji, C. (2010). África desde 1935. In *História geral de África* (Vol. 8). UNESCO.

Ngonda, L. B. (2026). *Fragmentos de memórias e reflexões sobre a luta de libertação nacional: Guerra civil e a transição para a democracia* [No prelo]. Paulinas.

Oliveira, P. A. de. (2017). As condições políticas e sociais da descolonização. In E. Peralta (Org.), *Retornar: Traços de memória do fim do império* (pp. xx–xx). Edições 70.

Oliveira, P. A. de, et al. (2024). *Crepúsculo do império: Portugal e as guerras de descolonização*. Bertrand.

Palma, N. (2023). *As causas do atraso português*. Dom Quixote.

Peralta, E. (2021). *The retornados from the Portuguese colonies in Africa: Memory, narrative and history*. Routledge.

Peralta, E. (Org.). (2017). *Retornar: Traços de memória do fim do império*. Edições 70.

Pinto, A. C., et al. (2023). *O essencial da política portuguesa*. Tinta-da-China.

Pires, R. P. (2003). *Migrações e integração: Teorias e aplicações à sociedade portuguesa*. Celta.

Pires, R. P. (2000). O regresso das caravelas. In F. Bethencourt & K. Chaudhuri (Orgs.), *História da expansão portuguesa: Último império e recentramento, 1930–1998* (Vol. 5). Temas e Debates.

Pires, R. P., et al. (2020). Trauma and Portuguese repatriation: A confined collective identity. In R. Eyerman & G. Sciortino (Eds.), *The cultural trauma of decolonization: Colonial returnees in the national imagination*. Palgrave Macmillan.

Pires, R. P., & Silva, M. (1987). *Os retornados: Um estudo sociográfico* (2.ª ed.). Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Rosas, F. (2018). História a história – África (Episódio 12) [Programa de televisão]. RTP.

Rosas, F., et al. (2020). *O século XX português*. Tinta-da-China.

Van-Dúnem, J. O. S. (2015). Um desafio em busca de uma nova perspetiva global contra-hegemónica no campo da saúde. *Mulemba: Revista Angolana de Ciências Sociais*, 5(10).